



participar para decidir

ME perverte aferição do sistema educativo

Considerando que a aferição é um importante instrumento de avaliação do sistema educativo, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) entende que o modelo anteriormente utilizado – realização por amostragem – cumpre cabalmente esse objectivo, discordando da aplicação de provas aferidas a todos os alunos dos 4º e 6º anos de escolaridade. Ou será que o objectivo do Ministério da Educação (ME) não é, exactamente, avaliar o sistema?

Como habitualmente, a realização das provas de aferição (18 e 20 de Maio) gerou um clima de perturbação nas escolas e motivou a crítica dos professores. Desde logo, pelo aparato que obriga as escolas a montar em torno da preparação, organização e realização das provas – em tudo semelhante ao dos exames nacionais, pelo facto de esta “aferição” ser generalizada à totalidade dos alunos em final de ciclo; e, ainda, por obrigar a um esforço acrescido por parte dos professores, muitos deles sujeitos a cumprirem graciosamente, nestes dias, o dobro do seu horário.

Por outro lado, é notório que nunca as conclusões retiradas dos resultados verificados motivaram um reforço de recursos capazes de contribuir para combater os constrangimentos identificados. O que denuncia que, efectivamente, a equipa do ME pretende que as provas de aferição sejam mais um mecanismo de avaliação/responsabilização das escolas e dos professores do que uma verdadeira aferição do sistema educativo – de onde deveria resultar, também, a aferição de responsabilidades políticas.

As provas de aferição não são para avaliar alunos ou professores, mas sim o sistema educativo.

Esta intenção – que o SPN e a Fenprof rejeitam e repudiam – fica muito clara pelo facto de o ME remeter para as escolas, e só para elas, a incumbência de montar estratégias de superação das dificuldades dos alunos, pretensamente diagnosticadas através das classificações por eles obtidas nestas provas.

A tutela política da Educação pretende, assim, alijar as suas responsabilidades, apesar de entre as principais causas do insucesso e dos baixos resultados escolares se encontrar a falta de investimento em recursos materiais e humanos, as más condições de trabalho e o currículo nacional (bem como os programas a ele associados), para citar apenas alguns dos principais constrangimentos que decorrem das políticas educativas em curso. ▶

spn
INFORMAÇÃO

Director Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

Design Gráfico Adriano Rangel · **Fotografia da capa / centrais** Adriano Rangel · **Impressão** Lisgráfica, SA

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6
E-mail spninfo@spn.pt · **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 21.500 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal** nº 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

Ter razão hoje é ganhar o futuro

A realização de mais uma grandiosa manifestação nacional (30 de Maio) veio provar à sociedade que a luta dos professores e educadores não esmoreceu; que a combatividade demonstrada ao longo do ano lectivo ainda persiste; que a unidade da classe permanece firme e que, como tal, a capacidade de resistência à ofensiva que o Ministério da Educação e o Governo desencadearam contra a Escola Pública, e os professores em particular, está condenada ao fracasso.

Só quem está completamente convencido de que a razão está do seu lado é capaz de fechar o ano lectivo desta maneira – 80 mil educadores e professores encheram novamente a Baixa de Lisboa. Não importa se foram um pouco menos do que já foram outras vezes. Foram 80 mil, reafirmando ao país que o Governo não os venceu.

Isto significa, para além de uma elevada consciência profissional, que a classe docente soube identificar com exactidão o núcleo duro das recentes políticas educativas:

- desvalorização até limites nunca vistos da Escola Pública
- transformação dos profissionais docentes em meros executantes de medidas pensadas por outros
- divisão artificial da carreira docente, acompanhada da tentativa de criação de um clima de escola em que uns quantos vigiam os restantes
- cadeias de comando hierarquizadas já com extensão até ao limite de escola/agrupamento
- incremento da precariedade na relação contratual com a Administração
- mais desemprego

Sócrates e Maria de Lurdes Rodrigues jogaram forte. Traçaram objectivos e tudo fizeram para os impor. Mas, por certo, ninguém lhes disse que a teimosia em excesso é burrice. A sanha para arrasar o nosso sistema educativo, que assenta numa Lei de Bases contrária a esta cega ofensiva, é tão grande, tão desmesurada, que nem tratam de tentar esconder algumas medidas mais drásticas na capa de outras eventualmente mais consensuais, como a manha política aconselharia.

Mas manha para quê? É um pequeno ditadorzinho português em acção, arrasando tudo e todos os que se lhe oponham. Poder a mais, cega. Não deixa ver nada para além do umbigo [não, não é nenhuma referência a um certo blogue agora muito mediatizado]. No entanto, os professores resistem. E vão provar, nos tempos mais próximos, que não querem nada com políticos deste jaez. Que não estão à venda.

Na linha de comportamento responsável que é seu apanágio, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) vai editar em Junho um “Livro Negro” das políticas educativas do actual Governo. Aí, e para além de abordar a profissionalidade docente posta em causa por esta equipa governativa, apresentará com pormenor alguns outros eixos daquilo a que a propaganda política já chama de “Reforma da Educação”. Procuramos fazer, assim, a desmontagem de um vasto conjunto de medidas que atentam contra a qualidade da Escola Pública, mas também apontar um caminho inverso para quem for Governo, daqui a alguns meses.

Esta publicação servirá, ainda, para os professores se municiarem de mais argumentos na sua luta diária; para a sociedade entender melhor os dislates da acção governativa; para os políticos de todos os quadrantes perceberem bem as críticas da Fenprof e darem conta de como pensam corrigir práticas tão nefastas à Educação.

É, afinal, um contributo para a mudança. ▶



Abel Macedo,
Coordenador do SPN

A força da razão!



Uma centena de autocarros e uma redobrada afirmação de combatividade e firmeza. É este o balanço da entusiástica participação dos educadores e professores do Norte na grande manifestação de 30 de Maio. Nem o calor, nem o cansaço, nem os velhos do Restelo os conseguiram desmobilizar... O desfile arrancou do Marquês de Pombal e só uma hora mais tarde os manifestantes do Norte conseguiam entrar na Avenida da Liberdade, rumo aos Restauradores. "O futuro somos nós. Os que não desistimos.

Os que exigimos respeito. Os que apostamos na dignidade da profissão, na qualidade da Escola Pública e num futuro de sucesso para todas as crianças e jovens", refere a moção aprovada e enviada ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, ao primeiro-ministro, à ministra da Educação, aos grupos parlamentares e às direcções dos partidos políticos. ▶

J.P.O.





“Aqui, nesta avenida de nome Liberdade, pretendemos dizer adeus às actuais políticas educativas e a quem, no Ministério da Educação, lhes dá rosto e as protagoniza; dizer adeus a um período negro da história da Educação em Portugal. Queremos, também, saudar quantos, pela sua presença, pela sua entrega, pela sua persistência, pela sua dignidade, merecem ser reconhecidos e considerados: Bem hajam, professores e educadores!

Está prestes a encerrar-se um importante ciclo de lutas. Outro se abrirá, e terá de ser de reconstrução. Estaremos cá para essa reconstrução, com propostas, com disponibilidade negocial, mas, também, com acção e luta. Ninguém duvide de que o futuro se constrói com os educadores e os professores! E nós não iremos desistir, porque amamos a escola e a nossa profissão! ▶

Mário Nogueira, secretário-geral da Fenprof
(em nome da Plataforma Sindical dos Professores)

Carta-aberta ao primeiro-ministro

Em carta-aberta divulgada no dia 12 de Maio, a Plataforma Sindical dos Professores responsabiliza José Sócrates por nunca se ter disponibilizado para assumir as responsabilidades inerentes ao chefe de um Governo que optou por entrar em rota de colisão com os professores, provocando momentos de forte tensão que atingiram o ambiente e o normal funcionamento das escolas portuguesas.

“Senhor Primeiro-Ministro,

Ao longo da legislatura cujo final se aproxima, os professores e educadores portugueses pugnaram e lutaram pela dignificação e valorização da sua profissão, pela qualidade educativa da Escola Pública e pela criação de condições de trabalho propiciadoras das boas aprendizagens dos alunos.

Insensível e, muitas vezes, indiferente às preocupações e propostas fundamentadas dos professores, apresentadas pelas suas organizações sindicais, o Governo desvalorizou grandes acções de protesto e exigência realizadas e, na mesa das negociações, ignorou as propostas sindicais em tudo o que é fundamental, assumindo uma atitude de grande inflexibilidade negocial e arrogância política.

Mas, para além de um posicionamento contrário ao diálogo e à concertação, o Governo optou por intoxicar a opinião pública, pondo em causa o brio profissional dos docentes, a dedicação e a isenção do exercício funcional destes profissionais. Desvalorizou os docentes, contribuindo para a fragilização da sua autoridade, enquanto educadores, através de medidas e de um discurso que potenciam situações de indisciplina e violência.

Lamenta-se que, ao longo da legislatura, o Senhor Primeiro-Ministro não tivesse recebido a Plataforma Sindical dos Professores, apesar dos insistentes pedidos formulados. Se tal tivesse acontecido, poderia, em momentos de maior críspação, ter contribuído para aliviar a tensão existente e devolver a tranquilidade necessária aos processos negociais e à resolução dos problemas, com reflexos positivos para as escolas... Mas não quis, V^a Ex^a, assumir essa responsabilidade política.

A par de todas as medidas que tanto desvalorizaram a profissão docente e as escolas, o desrespeito que os responsáveis do ME e do Governo revelaram pelos docentes e pelas suas organizações sindicais contribuiu, igualmente e de forma indelével, para a escalada de degradação do próprio relacionamento institucional, inviabilizando a construção de consensos e de compromissos políticos tão necessários à Educação. Situação que, aliás, continua a verificar-se.

Senhor Primeiro-Ministro,

Entre outros diplomas legais que o Governo aprovou e impôs, o Estatuto da Carreira Docente constitui um dos instrumentos que mais contribuem para a deterioração das condições de trabalho e de exercício profissional, com implicações negativas na organização e funcionamento das escolas e nas aprendizagens dos alunos.

Teria sido fundamental e de elevado interesse público que o Ministério da Educação, no âmbito do processo de revisão iniciado em Janeiro de 2009, tivesse aproveitado para alterar alguns dos aspectos que merecem maior contestação e mais contribuem para o clima de grande insatisfação e desmotivação que se mantém muito vivo nas escolas e que, ao mesmo tempo, têm levado a uma cada vez maior degradação das condições de exercício da profissão. Mas desperdiçou essa oportunidade!

Neste final de legislatura, os Professores e Educadores portugueses reafirmam:

- o seu profundo desacordo com as políticas educativas do actual Governo, contra as quais se manifestam;
- ser indispensável a assunção de compromissos claros para o futuro, no sentido de uma profunda mudança no rumo dessas políticas;
- a necessidade de se pôr fim à postura anti-negocial que imperou ao longo destes quatro anos.

Colocamos estas exigências ao Senhor Primeiro-Ministro, bem como a todos os dirigentes de partidos políticos que se preparam para integrar ou influenciar, através da sua representação parlamentar, a futura governação, esperando, desta forma, contribuir para a devolução a Portugal das condições de governabilidade na Educação e de exercício profissional na docência, necessárias a uma Educação e a um Ensino públicos de qualidade para todos”. ▀

**Plataforma Sindical
dos Professores**

O regresso do “sr. director”

O director condicionará todo o processo de avaliação, nomeará coordenadores de departamento, de conselho de docentes e de estabelecimento, seleccionará e recrutará o pessoal docente nos termos dos regimes legais aplicáveis e decidirá a colocação dentro dos agrupamentos de escolas

Em 2003, num seminário organizado pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof) no âmbito da campanha *Defender e Aprofundar a Democracia na Gestão Escolar*, o então secretário-geral, Paulo Sucena, proferiu uma comunicação com o título “Não tiro o meu chapéu ao senhor director”.

Na altura, discutiam-se as propostas do governo PSD-CDS/PP para a gestão das escolas. Propostas que, na oposição, o PS contestou – e que, mais tarde, no governo, aplicou. Assim, além de ficar marcado pela desastrosa (e desastrada) tentativa de aplicação do modelo de avaliação do ME, o ano lectivo 2008/09 ficará também associado ao regresso da figura do “director”.

Contrariando toda a tradição de colegialidade do pós-25 de Abril, e sem apresentar qualquer fundamentação teórica ou evidência empírica que o justificasse, o actual governo impôs a todas as escolas um órgão de gestão unipessoal, seleccionado através de um processo híbrido de concurso e eleição, que ressuscitou o DL 172/91 – curiosamente, da autoria de um governo PSD.

O facto de este processo ter sido reprovado pelo Conselho de Acompanhamento que avaliou esse modelo de gestão tornava previsível que o processo de recrutamento do director viesse a constituir um dos aspectos problemáticos da aplicação do Decreto-Lei 75/2008. E como noticiava o jornal «Público», a dois dias do final do prazo legal (29 de Maio), quase metade dos agrupamentos e escolas não agrupadas não tinham ainda recrutado o seu director.

Há escolas onde o concurso ainda não foi aberto e outras em que os processos de selecção se arrastam há meses. Há conselhos executivos que reclamam judicialmente o direito a completar os seus mandatos e várias irregularidades processuais objecto de múltiplos processos judiciais.

Há pressões (directas e indirectas) e tentativas de manipulação de membros dos conselhos gerais transitórios para votações favoráveis a determinado candidato. E em alguns casos, é já claro o controlo do processo pelo poder autárquico, em função de interesses político-partidários.

Modelo antidemocrático

Para lá dos problemas processuais relativos ao recrutamento, importa ter em conta a configuração do próprio modelo, o seu cariz anti-democrático, a concentração num órgão unipessoal de poderes de decisão que antes pertenciam a órgãos colegiais.

Entre outras questões, o director condicionará todo o processo de avaliação do desempenho, nomeará os coordenadores de departamento, de conselho de docentes e de estabelecimento, seleccionará e recrutará o pessoal docente (nos termos dos regimes legais aplicáveis) e decidirá a colocação dentro dos agrupamentos de escolas.

Alguns directores ouvidos pelo «Público» (que se sucediam a eles próprios) davam conta da sua discordância relativamente ao modelo e manifestavam a intenção de continuar a valorizar o trabalho de equipa e uma gestão partilhada e de apoiar as suas nomeações em eleições prévias entre pares. Mas, independentemente das pessoas que venham a ocupar os cargos, e da preocupação que possam ter em atenuar os efeitos negativos daí decorrentes, é necessário não perder de vista a exigência da alteração deste ordenamento jurídico – em tudo congruente com um Estatuto da Carreira Docente (ECD) que, para garantir professores obedientes e acríticos, os pretende reduzir à dimensão de funcionários, controlando fortemente a sua actividade.

Este paradigma de professor não admite dinâmicas participativas ou órgãos eleitos e colegiais, não se compaginando com a democracia na gestão escolar. É justamente este ECD que os docentes portugueses querem, e vão, alterar. E é também por isso que este modelo de gestão não poderá ter vida longa. ▶

Manuela Mendonça,
coordenadora do SPN

Professores com habilitação própria e menos de 6 anos de serviço

Profissionalização em exercício



Do processo de profissionalização em exercício pela Universidade Aberta (UAb) emergiu como grave problema a situação dos professores com habilitação própria com menos de 6 anos de serviço – impedidos de concorrer no concurso nacional, por não terem a profissionalização, não há nenhum mecanismo que lhes dê a possibilidade de a realizarem. Para estes professores é determinante a articulação da leitura do artigo 8º do Decreto-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro – a profissionalização em serviço deve estar concluída até 31.08.2010 – com a do artigo 43º do DL 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo DL 345/89, de 11 de Outubro, nos termos do qual o tempo de serviço necessário à dispensa do 2º ano de profissionalização é de 6 anos. Assim, para os professores com menos de 6 anos, há duas situações bem diferenciadas no que respeita às soluções:

- professores com possibilidade de completar 6 anos de serviço até 31.08.2010;
- todos os outros com menos tempo de serviço.

6 anos até 2010

Analisada a situação dos primeiros, verifica-se que aquela é a condição necessária para dispensarem do 2º ano, pelo que se nessa data tiverem completado com sucesso o 1º ano da profissionalização, esta está em condições de ser considerada concluída.

Os contactos já efectuados a nível de UAb e da Secretaria de Estado da Educação viabilizam esta possibilidade, apenas dependendo do número de interessados. Assim, para resolver o problema, é necessário que, para além do curso que já lançou, a UAb abra um outro (a concluir também até 31.08.2010) dirigido aos professores com aquela possibilidade.

Para viabilizar este segundo curso é preciso ter números totalmente fiáveis, que justifiquem junto da UAb a sua concretização, pelo que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) solicita aos professores nessa situação o preenchimento da “ficha de inscrição” disponível em www.spn.pt.

Menos tempo de serviço

Para os professores com menos tempo de serviço, o enquadramento legal exclui qualquer possibilidade de profissionalização em serviço, uma vez que não pode ser completada até 31.08.2010 com os 6 anos de serviço necessários. Nesta situação, há, portanto, duas vias possíveis:

- conseguir alterar o Estatuto da Carreira Docente nesta matéria;
- tentar resolver o problema no âmbito dos novos mestrados de “Bolonha”, que constituem qualificações profissionais; só que estes cursos têm um 1º ciclo de 3 anos e um 2º de 2 anos (predominantemente de âmbito pedagógico e que completa o mestrado) – o que, na prática, para professores com licenciatura efectuada há alguns anos, corresponde a fazer um novo curso, tão grande, por vezes, é a diferença de disciplinas e conteúdos entre os antigos e os novos cursos.

Para ultrapassar o problema, paralelamente à acção reivindicativa necessária, o SPN propõe-se fazer um levantamento dos cursos e mestrados no âmbito da formação inicial e da área de formação dos professores existentes com habilitação própria e contactar as respectivas faculdades, no sentido de as sensibilizar para a possibilidade de, a partir dos cursos que já ministram como formação inicial, organizarem cursos só de 2º ciclo e apenas com a componente pedagógica.

Sendo que tudo isto implica muitos contactos, torna-se necessário reforçar o grupo de trabalho que actua nesta frente, pelo que o SPN apela à participação dos interessados, que podem manifestar a sua disponibilidade para geral@spn.pt ou através do telefone 226 070 500. ▸



Exigimos respeito pela lei!

Como temos afirmado [ver pág. 02], as provas de aferição são um instrumento de avaliação do sistema educativo. No entanto, nos últimos anos, a sua realização tem gerado um conjunto de perturbações nas escolas, tanto a nível organizacional como profissional, no que diz respeito ao acréscimo de responsabilidade e de trabalho. O horário de trabalho é acrescido tanto para os professores “aplicadores” como para os “classificadores”, com particular incidência nos que leccionam no período da tarde, que nesse dia desenvolvem mais de 8 horas de actividade. Muitos docentes são deslocados das suas escolas, para aquelas em que se realizam as provas, sem qualquer pagamento de deslocações, que têm de ser por eles suportadas. Consta-se, ainda, que em muitas escolas não existem condições físicas nem recursos humanos para o desenvolvimento, em simultâneo, das várias actividades escolares.

Perante tais factos, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) lançou um abaixo-assinado junto dos professores exigindo que:

- seja considerado o tempo de realização das provas aferidas como tempo lectivo, para alunos e professores.
- nas escolas em regime de horário duplo, e em todas as que não reúnam condições para nestes dias garantir as actividades aos seus alunos em condições de tranquilidade e segurança, todos os que não estão envolvidos nas provas de aferição deverão ser dispensados de aulas.
- em nenhum caso, os horários dos professores ultrapassem o número de horas lectivas semanais legalmente estabelecido.
- no cumprimento do estipulado na lei, sejam garantidas as ajudas de custo aos docentes que tenham de se deslocar.
- aos docentes correctores de provas sejam deduzidas as horas de trabalho na sua componente não lectiva de estabelecimento ou, na impossibilidade, sejam pagas as horas extraordinárias despendidas na formação e correcção das provas.

Simultaneamente, a Fenprof preparou uma minuta de reclamação que os docentes poderão utilizar para requerer, caso se torne necessário, o pagamento de horas extraordinárias, nos termos do disposto no artigo 83º do Estatuto da Carreira Docente – a minuta, tal como o abaixo-assinado, está disponível em www.spn.pt e nas sedes do Sindicato dos Professores do Norte (SPN). ▶

Petição pela Educação Pré-Ecolar

À EPE é aplicado um calendário escolar específico – injusto e contraditório com a legislação em vigor – que prolonga a actividade lectiva em mais 5 semanas do que no Ensino Básico. Dá força à luta dos educadores! Em www.fenprof.pt/Peticao/CalendarioEscolar/ subscreve a petição “Por um Mesmo Calendário Escolar”. ▶

Sobre a actividade sindical

A *Semana de Consulta aos Professores*, que decorreu de 20 a 24 de Abril – no caso da Área Sindical do Porto, dada a sua dimensão, prolongou-se pela semana seguinte –, teve como objectivo (re)unir, auscultar e envolver os educadores e professores em lutas que fossem consensualmente assumidas em prol da nossa profissionalidade e da Escola Pública.

Foram visitadas e realizadas reuniões na generalidade das escolas/ agrupamentos, havendo um envolvimento de centenas e centenas de professores: dos que entregaram objectivos e dos que não entregaram; de titulares, não titulares e contratados. Os assuntos tratados foram diversos, desde as actuais condições de trabalho nas escolas ao funcionamento das mesmas, a qualidade das aprendizagens dos alunos, o Estatuto da Carreira Docente e a revogação do actual modelo de avaliação, colhendo-se das centenas de professores auscultados o sentimento de que era preciso continuar a lutar contra a arbitrariedade e a arrogância de um poder absoluto que impõe medidas altamente lesivas para a Escola Pública e os docentes.

Através de um debate profícuo, procurou-se encontrar formas de acção consensuais, passíveis de forçar o Governo a vir ao encontro das nossas reivindicações, que mobilizem novamente o sector, que sejam sentidas como eficazes e que obtenham o apoio da opinião pública.

De entre todas as propostas, destacaram-se a realização de uma nova grande manifestação nacional – embora também colhessem apoiantes as manifestações descentralizada (Porto, Lisboa e Coimbra) – e a greve por tempos. Daí que as iniciativas levadas a cabo pela Plataforma Sindical dos Professores tenham sido nesse sentido. O momento é crucial face ao quadro eleitoral que se avizinha e o apelo que foi feito a todos foi para a mobilização, para a não desistência da luta, porque o que está em causa é a profissionalidade docente e o futuro da Escola Pública. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) continua a contar com todos os educadores e professores, tal como eles podem continuar a contar com o sindicato – uma força que conta! ▶

Maria José Silva,
Área Sindical do Porto

Aposentáveis com 13 anos de serviço em 1989

No Sindicato dos Professores do Norte (SPN) sempre teve a certeza de que a razão havia de vencer! E mais uma vez a luta dos professores conduziu à vitória!

Não havia motivo nenhum para o tempo de serviço ser considerado só até 30.09.1989, quando o ano lectivo começava em Outubro. Todos os educadores de infância e professores do 1º Ciclo têm direito, até 31.12.2010, à aposentação extraordinária desde que tenham completado 13 anos de serviço até ao fim de Dezembro de 1989.

Ao ter que cumprir o Parecer nº 62/2008 da Procuradoria Geral da República (22 de Janeiro), a Caixa Geral de Aposentações solicitou ao Ministério da Educação (ME) a confirmação do “dia exacto em que cada docente completou o tempo de serviço necessário para ter direito à concessão de nova fase e à correspondente mudança de escalão”. Ora, toda a gente sabe que, pelo Decreto-Lei 409/89, a data de mudança de escalão só se processava a 01.01.1990 e não era obrigatório que os docentes, agora lesados, tivessem que mudar de escalão em 1990. Havia tempo perdido que só se recuperou muito mais tarde. A mudança de escalão nada tem a ver com a aposentação. Todos os docentes que completaram 13 anos de serviço até 31.12.1989 e que viram a aposentação indeferida devem consultar o SPN para verificarem se estão na lista enviada ao ME ou se terão que apresentar reclamação. ▶

Teresa Maia Mendes,
MAG do SPN



Revisão dos estatutos de carreira do Ensino Superior

Justiça e equidade precisam-se!

Assegurem-se lugares às novas gerações, mas sem as voltar contra as que estão no activo. Com as propostas avançadas pelo MCTES, o clima litigioso que está a corroer as instituições do Ensino Superior, e as próprias relações entre docentes/investigadores, conduzirá a uma maior escalada de conflitos.

Na jurisdição do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), e no que diz respeito ao Universitário, tiveram lugar várias iniciativas da Fenprof, outras em conjunto com o SNESup e outras, por iniciativa de docentes, com o apoio do SPN. Apesar de alguns aspectos revistos – por exemplo, os professores auxiliares de nomeação provisória obterem a nomeação definitiva com as correspondentes garantias –, persistem reivindicações relativas a normas do serviço docente e à avaliação de desempenho de-

Tornados públicos os projectos de revisão dos estatutos de carreira do pessoal docente universitário (ECDU) e do Ensino Superior Politécnico (ECPDESP), já tiveram lugar quatro rondas de negociação. Nelas se empenharam os sindicatos da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), que, a par de outros, envolveram os seus associados, e particularmente os responsáveis, num trabalho de informação e debate junto de faculdades e escolas, para auscultação e apresentação de propostas alternativas às do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES).

xadas a regulamento das insituições (eventualmente discricionário), à não aplicação do regime de *tenure* aos professores auxiliares e à precariedade dos leitores com contratos resolutivos até 4 anos. Mas foi no Politécnico que os docentes revelaram mais forte participação, designadamente em Bragança, Mirandela, Viana do Castelo e, sobretudo, no Instituto Superior de Engenharia do Porto (na foto). E porquê? Porque se o projecto do ECDU contém propostas que preocupam os docentes universitários, os do Politécnico sentem-se, e estão, numa situação de maior precariedade laboral.



Estes docentes – cuja maioria ganhou o seu lugar por via de concurso – têm preenchido necessidades permanentes das instituições, sem que, em regra, lhes tenha sido dada a oportunidade de obterem doutoramento, designadamente através de dispensa de serviço docente, tal como no sistema universitário.

Ora, não é admissível que profissionais que dedicaram as suas vidas às instituições e ao país sejam tratados como descartáveis. Mais ainda, é totalmente iníquo – à luz da Constituição, do princípio da igualdade de oportunidades e do alegado princípio do mérito – que, enquanto os doutorados no sistema universitário podem ser providos na categoria de professores auxiliares sem concurso adicional (mas com base numa exigente prova de mérito absoluto, como é o doutoramento), os já doutorados no Politécnico, mas ainda precários, como equiparados a assistentes ou adjuntos, sejam obrigados a um concurso internacional que pode, eventualmente, representar a perda do posto de trabalho.

Se o Estado tem sido injusto com estes docentes, este seria o momento de reparar a injustiça e de os tratar como aos universitários – estes, contrariamente a certo senso comum e a algumas mentes distorcidas, ou ideólogos interessados em dividir para reinar, não são privilegiados, mas trabalhadores qualificados. É hora de uns e outros manifestarem a sua indignação e lutarem pelos seus direitos, pela sua dignidade profissional, pelo seu futuro como profissionais e por uma Escola de qualidade. ▶

É tempo de reparar males antigos

Em vez de representar uma oportunidade de aperfeiçoamento estratégico do Politécnico, a nova proposta do MCTES constitui a base de uma crise que põe em causa o futuro das instituições e dos docentes, cuja larga maioria exerce funções a tempo integral ou em dedicação exclusiva.

Manuel Carlos Silva,
Direcção do SPN

'Magalhães': um

No mundo dos computadores aplicados à "automatização do alargamento do conhecimento", os seus gurus dedicam-se tipicamente a exaltar uma idolatria tecnicista do Mundo e do Homem, a qual vai depois despertar em políticos e académicos despreparados a sofreguidão de realizar experiências cegas e totalitárias, praticamente como um tiro no escuro, em busca de resultados fabulosos. Os dados exactos sobre as calamitosas influências psíquicas e orgânicas exercidas pelos meios electrónicos sobre crianças na época pré-pubertária estão patentes para serem consultados por qualquer pessoa. Entretanto, fascinados pelos cérebros infantis como se os mesmos fossem peças de um super-computador miraculoso, tecnocratas, governantes e burocratas ministeriais ineptos estão a armar sobre todo o ensino português uma encenação artificialista e robótica que brada aos céus, com poucas pessoas que se atrevam a dizer em público as verdades que se impõem.

O projecto governamental do computador distribuído no Ensino Básico é um verdadeiro escândalo pedagógico e humano. Pomposamente anunciado como medida educativa, trata-se mais exactamente de uma vergonhosa intervenção do capital internacional e dos gigantescos interesses da mega-empresa INTEL, que está próxima da falência. Simultaneamente, pretende-se instalar o robotismo na educação em Portugal, tal como já há anos foi tentado sem sucesso em outros lugares do mundo. Neste processo, todos nós, professores, somos reduzidos a mera peça de um mecanismo irracional que ofende a própria condição humana dos educandos.

A documentação do projecto 'Magalhães' apresenta, para pais e mães, o imperativo forjado de terem que preparar o mais cedo possível os seus filhos para "competências nas tecnologias de informação e comunicação". Colaboradores do projecto, consultados na Universidade de Lisboa, não tiveram pejo até em recomendar o uso do computador a partir dos 4 anos de idade. Os adultos são apresentados praticamente como analfabetos tecnológicos, enquanto que as crianças são louvadas por possuírem qualquer coisa como uma sabedoria inata, devido a "viverem desde o nascimento cercadas por computadores, jogos de vídeo, aparelhos de música digital, câmaras e telemóveis" e terem sempre "visto na rua ou na televisão outras pessoas a utilizá-los".

Sugere-se que as crianças possuem (como se fossem seres que já vêm semi-robotizados do útero materno) uma espécie de segunda natureza instintiva, que lhes confere "um grande à vontade, em particular com os computadores, sem necessitar de explicações ou livros de instruções". Resta assim aos pais, relegados para o papel de meros assistentes, admirar apenas os filhos "naquilo que eles já sabem fazer" e acompanhá-los para que "aprendam ainda mais". E apesar de vivermos numa era sacudida pelo terramoto das desintegrações de famílias, o apelo absolutamente imoral e socialmente desvirtuante das autoridades *magalhânicas* é para que os pais "estreitem a relação com os seus filhos no que diz respeito ao mundo das tecnologias".

Pais e mães são ainda convocados a ajudar os seus filhos para que eles "vivam em segurança no mundo digital em que nasceram". Isto equivale a um alerta anti-terrorista, promovendo-se nas almas infantis despreparadas a ideia de que nos subterrâneos incompreensíveis dos computadores está presente algo de misteriosamente perigoso.



Efeitos colaterais desvalorizados

Muito mais perigoso, entretanto, é um outro aspecto raramente discutido – a segurança pessoal das próprias crianças. Conforme o Ministério da Administração Interna anunciou no seu recente *Relatório Anual de Segurança Interna*, o país sofre de crescentes índices de criminalidade. Não é difícil prever que meio milhão de inocentes crianças transportando regularmente entre casa e escola um moderno 'Magalhães' portátil (que receberam como um brinquedo de presente, mas pode

tiro no escuro



ser transaccionado por algumas centenas de euros no mercado negro) poderão tornar-se vítimas fáceis de assaltos e trapaças, inclusive com o uso de violência.

Além do choque psicológico provocado por tais eventos, qual não será o drama de isolamento anímico vivido por uma criança que perde – conforme promete o folheto ‘Magalhães’ – a sua “comunicação com o mundo”? Outro aspecto até agora totalmente ignorado é o aparecimento traiçoeiro de duas categorias sociais de crianças nas escolas: “as que têm” *versus* “as que não têm” (sendo que a situação das “crianças sem computador” poderá ter sido decidida com absoluta consciência por pais mais dedicados e melhores informados). Este aspecto foi largamente estudado na América, nos tempos das primeiras experiências desastrosas com computadores nas escolas, onde se verificou um novo conflito social daí resultante, com efeitos desmoralizantes para toda a educação.

Para o uso do ‘Magalhães’ pelos filhos, as famílias ficam ainda encarregadas de vigiar e policiar as crianças, de modo a impedir conexões imorais, impróprias ou indesejadas, bem como o uso para negócios fraudulentos. Mas a realidade é que a maioria das famílias não tem tempo, nem interesse, nem conhecimentos para isso!

E de qualquer modo, se as tradicionais psicodrogas da televisão e dos vídeos infantis de toda a espécie (desde jogos com letrinhas e números, até sangrentos combates com monstros espaciais) já não merecem qualquer censura da parte de muitos pais – muitas vezes, tudo isso é até bem vindo como distração aliviadora dos nervos dos adultos –, como se pode esperar uma reacção diferente perante mais uma maquina em casa, praticamente oferecida pelo Estado, e que até ostenta a respeitosa etiqueta de *meio educativo*?

Conforme já foi amplamente confirmado em outros países, semelhante função fiscalizante e repressiva por parte dos pais só poderá provocar o aparecimento de mais uma tensão moral no seio das famílias, alimentando entre as crianças – tal como acontece com cigarros ou álcool – uma curiosidade natural e um empenho ainda maior para encontrar maneiras de ultrapassar os obstáculos e as proibições.

De pequenino se robotiza o menino

A documentação para alunos, por sua vez, vem colaborar para simplesmente esvaziar o significado humano de qualquer professor.

No *Guia de Instruções para Alunos*, o computador apresenta-se às crianças com uma pseudo-personalidade de “Eu”, ou seja, como um ser ou alguém que fala às crianças em termos íntimos e carinhosos, para pedir coisas como: “Tal como tu não deitas líquidos estranhos para os teus olhos, também não os podes deitar no meu ecrã” ou “Cuidado com a minha alimentação”. Em caso de perda, a mais grave consequência mencionada é “ficas sem mim”, simulando-se o drama da morte entre adultos.

Para esta verdadeira encenação, dedicada a conferir, já nos primeiríssimos passos da robotização das crianças em casa e nas escolas, uma face humana às máquinas, elas são até apresentadas com a máscara humanista e benemérita de alguém que permite a cada criança “comunicar com o mundo”.

E quando se trata do assunto para o qual a máquina foi afinal criada, não faltam reбуçados a prometer prazeres: “Juntos vamos trabalhar e divertir-nos imenso”, anuncia o texto. É impossível não lembrar aqui, de imediato, aquele triste período da nossa história onde a tentativa de ordenação fascista totalitária e militarista da infância portuguesa também fazia semelhantes promessas de divertimento. O hino da Mocidade Portuguesa abria exactamente com as palavras: “Lá vamos, cantando e rindo!” ▶

Raul Guerreiro, professor

Nota: O autor é membro do Conselho Federal Parental Waldorf (Nuertingen, Alemanha) e da Amnistia Internacional. Especialista em meios electrónicos aplicados à educação, realizou um estudo intitulado “Magalhães: O Escândalo da Robotização da Educação”, onde considera, entre outros aspectos, que os pais e a opinião pública ignoram os malefícios de um projecto que já provou a sua inutilidade na Europa e na América. O texto transcrito é um excerto desse estudo, cuja versão integral pode ser acedida nos complementos *on line* da «SPN-Infomação» (www.spn.pt).

SPN vai a votos

Em Maio do ano passado, houve eleições no Sindicato dos Professores do Norte (SPN). No entanto, para fazer face ao brutal ataque do Governo à actividade sindical, foi necessário proceder a uma alteração dos Estatutos, da qual decorre a necessidade de um acto eleitoral extraordinário, já convocado para 22 de Junho. De facto, os sócios aprovaram um conjunto de alterações que, no essencial, repercutem ao nível da estrutura do sindicato – as actuais 15 áreas sindicais dão lugar a 6 direcções distritais: Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real – e da composição da Mesa da Assembleia-Geral, que passa a ter membros de cada uma das novas estruturas.

Em consulta universal realizada no dia 30 de Abril, as alterações propostas pela Direcção do SPN foram aprovadas com percentagens que variam entre 94,8% e 96,3% – a nova versão dos Estatutos e outros documentos relacionados estão disponíveis em secção específica do site do sindicato (www.spn.pt). Decorrendo desta alteração, os sócios vão agora eleger as respectivas *direcções distritais* (novos órgãos) e, em eleição geral intercalar, uma nova Mesa da Assembleia-Geral. Em ambos os casos, o mandato termina em 2011, tal como o da actual Direcção.

Esta alteração teve um carácter meramente instrumental, visando adequar as estruturas de direcção às exigências legais, sem pôr em causa os princípios pelos quais o SPN sempre se regeu e procurando atenuar, na medida do possível, o drástico impacto no crédito de horas de que as organizações sindicais dispõem para o exercício da sua actividade, provocado pelo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas em vigor desde o início do ano civil.

Assim, apela-se à máxima participação dos sócios na votação, bem como ao seu empenho na mobilização de outros sócios, no sentido de registarmos uma votação tão alargada quanto possível e, dessa forma, dignificarmos o acto eleitoral e o próprio sindicato.

CONVOCATÓRIA

ASSEMBLEIA-GERAL ELEITORAL

22 DE JUNHO DE 2009

De acordo com os Estatutos do Sindicato dos Professores do Norte, convoco a Assembleia-Geral Eleitoral Extraordinária (descentralizada) para o dia 22 de Junho de 2009, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Eleição da Mesa da Assembleia-Geral (intercalar) e das Direcções Distritais, para mandatos a terminar em 2011.

Porto, 7 de Maio de 2009.

A Presidente da Mesa da Assembleia-Geral
Ana Maria Viegas Brito Jorge

Como votar

A votação será efectuada por escrutínio secreto, directo e universal.

Todos os associados recebem, por correio postal, um boletim de voto para a Mesa da Assembleia-Geral; se constarem no caderno eleitoral de um dos seis distritos da área de acção do SPN, recebem outro boletim para a eleição da respectiva Direcção Distrital. Recebem ainda uma credencial e dois envelopes – um branco e outro de “remessa livre” (não carece de selo).

Para exercer o voto, há duas modalidades:

- **por correspondência** – introduza o(s) boletim(ns) de voto no envelope branco e, depois, introduza este, juntamente com a credencial, no de “remessa livre” – apenas serão validados os votos recebidos nos CTT/Galiza (Porto) até às 18 horas de 25 de Junho, sendo que para este tipo de correio é de contar com uma possível demora de 5 dias na distribuição;
- **presencial** – consulte os locais e horários de funcionamento das mesas de voto e, no dia 22 de Junho, dirija-se a uma delas, levando a credencial e um documento de identificação idóneo. ▶

MUITO IMPORTANTE

1. A divulgação das listas e dos respectivos programas, bem como dos locais e horários das mesas de voto, é feita na separata desta edição e na página electrónica do sindicato.
2. Para o voto por correspondência ser considerado, a credencial não deve ser introduzida no envelope branco, com o(s) boletim(ns), mas no de “remessa livre”.
3. Ao abrigo da legislação em vigor, **os sócios beneficiam de dispensa de serviço pelo tempo necessário ao exercício do direito de voto**. As mesas disponibilizam justificação de falta.



É frequente ouvir “especialistas” e “observadores” alertarem sobre as “consequências” do aumento das despesas do Estado com a *factura social*, nomeadamente com o apoio aos portugueses que vivem o flagelo do desemprego. Bem mais útil seria que esses comentadores apresentassem propostas objectivas para a solução dos problemas. Ou que a Comunicação Social tivessem a *ousadia* de ouvir com mais frequência os representantes da CGTP-IN.

Segurança Social e desemprego preocupam CGTP

A Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional tem sublinhado que a situação sócio-económica exige uma “maior intervenção do Estado e das suas funções sociais”, tanto mais que o país apresenta “graves atrasos estruturais, desigualdades e níveis de pobreza elevados”. O aumento do desemprego, destaca a Inter, “exige respostas sociais atempadas, para que não se dêem rupturas sociais graves na vida dos trabalhadores vítimas deste flagelo”.

Segundo dados oficiais, o desemprego afecta mais de 491 mil cidadãos, aos quais se devem juntar todos os desempregados retirados das estatísticas do Instituto de Emprego e Formação Profissional por estarem abrangidos por medidas formação profissional (cerca de 70 mil).

Como esclarece a CGTP, mais uma vez, a não renovação de contratos aparece como a primeira causa do desemprego (38%), afectando particularmente os jovens e confirmando a precariedade como antecâmara do desemprego.

Tendo presente que “o país não deve e não pode endividar-se excessivamente”, a central sindical considera que “é preciso obter receitas suplementares” junto dos “grupos sociais detentores de riqueza e com os mais altos rendimentos”.

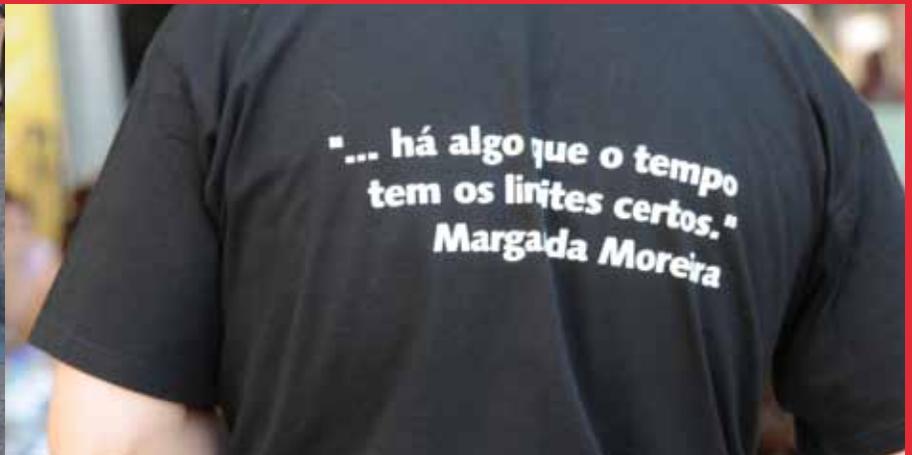
Face ao agravamento da situação laboral e social, não é de estranhar que as despesas aumentem, como no caso do subsídio de desemprego e do apoio ao emprego (em cerca de 18%). Por isso, para a CGTP-IN, é imperiosa a obtenção de receitas públicas suplementares, tanto para o Orçamento do Estado, como para o Orçamento da Segurança Social e para a luta contra a pobreza, considerando ser vital, no cenário actual de crise, o reforço de instrumentos e mecanismos de solidariedade e de coesão social.

José Paulo Oliveira, jornalista

A quem interessa a fragilização do Estado?

A diminuição das receitas do Estado “pode conduzir à própria fragilização do Estado”. A quem interessa uma situação dessas?

Exigindo “uma distribuição mais justa do rendimento, o que passa por mudanças na tributação da riqueza mobiliária e por mais progressividade dos impostos”, a CGTP-IN chama a atenção para a necessidade de “alterar a tributação do património mobiliário e imobiliário, e eliminar a generalidade dos benefícios fiscais e isenções de que gozam determinados rendimentos, designadamente as mais-valias e dividendos de empresas privatizadas”. ▀





**Não desistimos!
E tu?**

"A solução somos

Face à manifesta incapacidade dos governantes de apresentarem e coordenarem um plano de relançamento económico à escala europeia, os sindicatos fizeram ouvir a sua voz em unidade e com determinação. Não cabe aos trabalhadores pagar a factura de uma crise pela qual não são responsáveis.

Constatada a falência das políticas da União Europeia e dos seus Estados-membros no quadro da actual crise internacional, a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) organizou quatro manifestações em outras tantas capitais europeias – Madrid, Bruxelas, Berlim e Praga – para pressionar os governos, exigindo-lhes respostas sociais e políticas que respeitem o emprego, os salários e os demais direitos dos trabalhadores.

No dia 14 de Maio, fomos mais de 150.000 em Madrid. Pelo facto de a educação e a formação constituírem um dos eixos fundamentais para inverter esta situação de crise, os sindicatos da educação – o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) integrou a delegação da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) –, a Internacional da Educação (IE) e o Comité Sindical Europeu da Educação (RTUCE-CSEE) desfilaram em conjunto e tornaram público o manifesto "*Mais Emprego, Pela Educação*".

O documento exige um compromisso social baseado em maior investimento na educação e formação. Refere a necessidade de aumentar o investimento em infra-estruturas, de manter os postos de trabalho dos educadores/professores, de garantir a direcção e gestão democráticas das escolas e de fortalecer a formação, com recursos que vão ajudar directamente milhões de famílias com filhos em idade escolar e que olham para os seus futuros com incerteza e inquietação.

Noutro ponto, o texto defende a adopção de políticas justas, equitativas e comprometidas com a defesa dos serviços públicos – nomeadamente, de uma educação de qualidade e equidade que reconheça o labor dos trabalhadores do sector, através de um compromisso social e político baseado na estabilidade do sistema educativo e que contribua para melhorar o modelo económico e social. Nesta perspectiva, é exigido aos governos que se comprometam a negociar com os sindicatos soluções aceitáveis para todos, no sentido de assegurar índices de qualidade na profissão docente.

As organizações subscritoras exigem, também, um novo impulso para alcançar os Objectivos do Milénio e o objectivo da Campanha Mundial pela Educação de conseguir uma educação pública de qualidade para todos até 2015.

O manifesto termina sublinhando que "depois de três décadas a conviver com o *valor acrescentado* e o *valor comparativo*, dois termos do mundo da economia e finanças que são parte do discurso oficial na nossa sociedade, é o momento de salientar que os valores que sustentam as democracias e a prosperidade são basicamente os da educação para todos".



nós”

Longe de constituir um acto isolado, esta série de manifestações realizou-se na sequência de movimentações sociais que têm vindo a ocorrer um pouco por toda a Europa. Na Grécia, Inglaterra, Hungria, Letónia, Polónia, França, gritou-se: “as pessoas primeiro” e “a crise são eles, a solução somos nós”.



A Europa Social, até agora a grande esquecida na construção europeia, nunca foi tão urgente. Por isso, perante a incapacidade manifestada pelos governantes em apresentar e coordenar um plano de relançamento económico à escala europeia, os sindicatos fizeram ouvir a sua voz em unidade e com determinação, contra as políticas neoliberais e em defesa de um modelo económico que privilegie as pessoas – na certeza de que não se pode atribuir unicamente a Bruxelas a responsabilidade pela situação, mas também a cada um dos Estados. ▶

Henrique Borges, Direcção do SPN
(texto e fotos)

Contra o trabalho infantil

Todos os anos, desde 2005, no dia 12 de Junho, celebra-se o *Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil*. A iniciativa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) procura salientar a dimensão global deste fenómeno, tendo em vista a sua eliminação.

Apesar de a realidade portuguesa ser diferente da de muitos países – sobretudo dos menos desenvolvidos, onde milhões de crianças trabalham em condições extremamente perigosas e em situação de escravatura –, a verdade é que esta forma de exploração não deixa de ser uma realidade. Com efeito, são alguns milhares as crianças que,

por vezes com o encobrimento da própria família, se dedicam a diversas actividades que vão desde o trabalho nos campos à participação em campanhas publicitárias e em programas televisivos.

Embora não haja dados concretos sobre o universo de trabalhadores menores no mundo da publicidade, das artes e do espectáculo, basta ver televisão para se duvidar do cumprimento da lei sobre o trabalho infantil. Transmitir a informação de que é condenável trabalhar quando ainda se devia estar a estudar é um passo que cada um de nós pode dar – aos educadores e professores, designadamente, cabe incentivar a aprendizagem e evitar o abandono escolar.

Por outro lado, não podemos esquecer o elevado custo social que muitos dos produtos que consumimos carrega. Em países menos desenvolvidos da África, Ásia e América Latina, são muitas as crianças que têm de trabalhar para que as suas famílias sobrevivam, sem usufruir de benefícios para seu próprio proveito. É o sofrimento destas crianças, que trabalham não só na indústria, mas também em plantações de café, banana, açúcar e cacau, que muitas vezes está por trás dos produtos que consumimos. ▶

O muro da vergonha

A delegação portuguesa que, em Abril, corporizou uma visita de ajuda humanitária aos acampamentos de refugiados no Sahara Ocidental pode constatar pelos seus próprios olhos a existência, em pleno século XXI, de um muro – chamado “da vergonha”, pelos saharauis – tão longo (2.700 Km) quanto enorme é a desinformação e o silêncio que se abate sobre a tragédia de um povo que vê o seu extenso território ocupado por Marrocos há 34 anos e que, desde essa altura, sofre a opressão violenta e continuada do vizinho usurpador, que mantém impunemente a última colónia correspondente a um grande país. No mapa, está identificado o território do Sahara Ocidental, delimitado por Marrocos e Argélia (Norte), Mauritânia (Este), e Oceano Atlântico (Oeste). A faixa costeira é a área ocupada por Marrocos; e a as áreas verdes correspondem aos territórios libertados, onde se situam os 26 acampamentos que abrigam a população saharai.



A separá-las, o muro da vergonha, quase todo minado pelos marroquinos do lado saharai.

A foto em baixo (com pouco definição, dadas as circunstâncias) mostra um jovem saharai vítima da deflagração de uma mina anti-pessoal que lhe amputou de imediato o pé direito. O incidente ocorreu durante mais uma manifestação em frente ao muro, testemunhada pela delegação portuguesa e por outros estrangeiros que assim se solidarizaram com o protesto.

A este propósito, refere o site www.saharalibre.es:

“Este muro está protegido por dezenas de milhares de militares marroquinos que dispõem de material e instalações para levar a cabo a sua intenção, isto é, por um lado, evitar que os legítimos proprietários destas terras, aqueles que estão nos territórios libertados, voltem para elas e, por outro lado, impedir que os que estão sequestrados no seu próprio país, em territórios ocupados, possam circular livremente.

A manutenção do muro e do exército tem um custo muito elevado que Marrocos tem que assumir [1]. Quando se compram produtos marroquinos, ou fabricados em Marrocos, está a custear-se, em parte, este valor. Isto significa que estamos todos a subsidiar a divisão de um país.

Esta é a grande contradição do Ocidente. Por um lado, ajudamos o povo saharai; por outro, sem termos consciência, custeamos parte daquilo que os mantém no exílio e na mais feroz repressão e violação dos direitos humanos [2].

Pode fazer-se uma infinidade de interpretações, mas a realidade é uma. Existe um muro, existem minas anti-pessoais ao longo do muro, existe um ocupante ilegal, existem resoluções das Nações Unidas, existe uma repressão desmedida contra os saharauis, existe uma violação constante dos direitos humanos por parte do governo marroquino e existe um povo exilado. Existe uma História, e essa não se pode mudar, por muito que se queira evitar” [3].

Por quanto tempo mais? Tanto quanto durar o nosso silêncio cúmplice. ▶ **Abel Macedo**



[1] À delegação portuguesa foi afirmado que os custos de manutenção são de tal monta que valem mais, num só dia, do que toda a ajuda humanitária que chega aos saharauis durante um ano.

[2] Não será por acaso que, apesar de 84 países já terem reconhecido oficialmente a RASD, nenhum país da União Europeia o fez, Portugal incluído.

[3] Com esta divisão, Marrocos ocupa a zona mais rica do Sahara Ocidental, explorando-a e negociando com a União Europeia e o resto do mundo. Entre os recursos sequestrados contam-se a zona pesqueira mais rica de toda a costa africana e a segunda maior reserva mundial de fosfatos.

Falar da República Árabe Saharaui Democrática (RASD) é falar de um povo que tem enraizado no mais fundo do seu ser o indomável desejo de liberdade e de independência.

Pagar aos professores pelo mérito?

O salário pelo mérito pode parecer uma coisa boa: todos gostam de ver os seus esforços reconhecidos! Já alguma vez foi experimentado?

De facto, quem poderia opor-se à ideia de recompensar aqueles que investem totalmente no seu trabalho, aqueles que não contam o tempo e propõem aos alunos actividades complementares, aqueles que sabem, melhor do que outros, interessá-los, motivá-los e fazê-los progredir? No capítulo que consagrei às abordagens americanas desta questão, num pequeno livro escrito em parceria com outros autores [“Payer les profs au mérite?”], refiro uma declaração de Bill Gates, salientando que considerar que o desempenho individual de um professor não tem importância, seria o mesmo

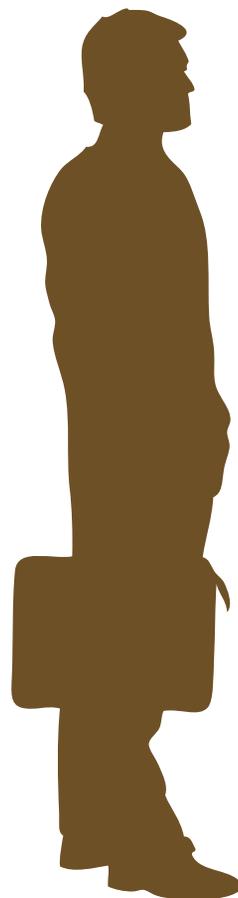
que mostrar desinteresse pelas consequências para os alunos. É uma ideia absolutamente natural no contexto americano, marcado pelo domínio dos valores de empresa, onde reina, há já muito tempo, este tipo de remuneração pelo mérito.

No caso da Escola, no entanto, as dificuldades surgem mal se procura definir o “mérito” do professor. Ensinar é uma actividade complexa, multidimensional, que não se presta a uma avaliação do desempenho baseada em critérios quantitativos simples e amplamente aceites, como é o caso das empresas. É mesmo um dos paradoxos da educação. Entrem numa sala de professores, passem aí tempo suficiente para ganhar a sua confiança, interroguem-nos para saber se certos colegas têm mais carisma do que outros ou se alguns de entre eles não estão à altura. Muito rapidamente as respostas vão convergir e manifestar-se o consenso entre pares. Levando o exercício mais longe, tentem fazer emergir critérios objectivos susceptíveis de sustentar este julgamento colectivo – fracasso total. Tanto mais que a diversidade das situações é extrema. Um professor que alcança um elevado grau de sucesso com a quase totalidade das

suas turmas poderá ser confrontado com grandes dificuldades com uma delas. Um outro poderá ter êxito num ano e apresentar dificuldades no ano seguinte, eventualmente até com o mesmo grupo de alunos. É possível isolar a influência própria de um professor, sem ter em linha de conta a acção dos seus colegas, o clima geral da turma? De tudo o que se passou nos anos anteriores?

Efectivamente, nos EUA distinguem-se nitidamente duas categorias de abordagem. Uma, de incentivo, em que os prémios, por vezes bastante elevados, e a que os americanos chamam mesmo “incentivos”, baseia-se em critérios objectivos: ensinar numa zona difícil, ensinar uma disciplina ou numa zona geográfica que apresentam um défice de professores, ensinar após obtenção de diplomas de uma formação profissional mais avançada... Se as regras de atribuição destes “incentivos” tiverem sido claramente definidas e discutidas colectivamente com os sindicatos, esta abordagem não levanta qualquer problema. Afinal, não é o que acontece em França, quando professores com graduações diferentes ensinam no mesmo estabelecimento, ou quando aceitam ensinar em zonas mais sensíveis e, por isso, usufruem de algumas escassas vantagens? A diferença é que, nos EUA, esses prémios podem facilmente representar 20% do vencimento-base, e por vezes ainda mais. +

“Quero que sobre o professor sobre um vento de liberdade e de avaliação. Liberdade pedagógica dos professores... Mas avaliação com base nos resultados dos alunos”. Inscrita no programa da candidatura presidencial de Nicolas Sarkozy, a remuneração pelo mérito vai de vento em popa. Mas qual a sua eficácia? “Não existe, até hoje, qualquer prova cientificamente válida que sugira que este tipo de medida tenha um impacto real nos resultados dos alunos”, disse Alain Chaptal ao “Café Pédagogique”.



A segunda categoria visa identificar o “valor acrescentado” que o professor pode representar para o sucesso dos alunos. Sendo a que ocupa o lugar de destaque nos discursos, esta abordagem debate-se com imensas dificuldades. Nos anos 80, fez-se uma tentativa de a basear na hierarquia, e foi o fracasso total – os professores opuseram-se em massa a um sistema que se aparentava mais a favoritismo, a uma classificação “pela cara” do que a uma avaliação com alguma consistência e eficácia. Outra tentativa ocorreu no seguimento da Lei NCLB (*no child left behind*), imposta em 2002 pela Administração Bush, e do impressionante aparelho estatístico decorrente da imposição aos estabelecimentos escolares de

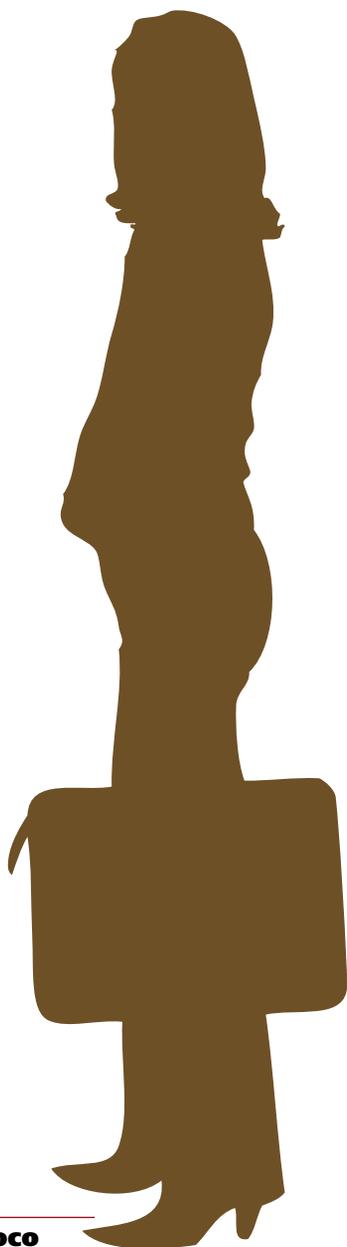
testarem anualmente os seus alunos em Inglês e Matemática – os estabelecimentos cujos resultados não progridam de um ano para o outro, ou cujo nível não é suficiente, expõem-se a uma série de sanções, crescentes se os resultados não melhorarem ao longo dos anos e que podem ir até ao despedimento das equipas de professores e ao encerramento da escola. Curiosamente, se o arsenal de sanções possíveis está definido com o máximo de precisão, já a mais artística nebulosa envolve a definição do nível a atingir, qualificado como “proficient” (bom), sem qualquer outra precisão.

A ideia que inspira estas tentativas é a de que a exploração das estatísticas vai permitir “traçar” os progressos dos alunos, definir “perfis” determinados pelos seus resultados escolares e medir a sua progressão. Debate-se a questão de saber se esses progressos devem ser avaliados de maneira absoluta ou relativa. Mas o que choca, verdadeiramente, é a distância entre os discursos demasiado voluntaristas dos políticos, ou dos decisores, e uma realidade muito menos evidente, já que a existência de tais mecanismos não é visível senão em algumas experiências muito limitadas, devido, sobretudo, às inúmeras reservas por parte dos professores e à forte oposição sindical.

Os americanos são pessoas pragmáticas. Ouvem-se declarações sobre a evolução necessária para o salário pelo mérito indexado aos resultados dos alunos, mas quando se analisam ao pormenor as situações reais, encontram-se essencialmente sistemas baseados em “incentivos”. Outros experimentam uma combinação dos dois tipos de abordagens, acrescentando a critérios objectivos uma pitada de medidas ligadas aos resultados dos alunos, por vezes em doses homeopáticas. De algum modo, o vencimento pelo mérito é mais fácil de dizer do que de fazer.

Mas será que, afinal, essas medidas contribuem para a melhoria dos resultados escolares?

Não existe, até hoje, qualquer prova cientificamente válida que sugira que este tipo de medida tenha um impacto real nos resultados dos alunos. Em 2007, foi mesmo lançado um vasto programa de investigação, pela Vanderbilt University, em Nashville, para esclarecer precisamente esse facto. O programa tem a duração de cinco anos e não se espera qualquer resultado parcial válido antes de 2010. Quanto aos efeitos de uma certificação suplementar sobre os resultados dos alunos, penosa para os professores e baseada no voluntariado, não há dados conclusivos. As outras medidas de incentivo parecem contribuir para a resolução de problemas de recrutamento, mas não revelam incidência sobre os alunos.



Fala-se muito do “efeito escola” e do “efeito professor”. Não serão estes dois aspectos antagónicos? A avaliar um, deve avaliar-se a escola ou o professor? Porquê?

Historicamente, começou-se por avaliar exclusivamente os alunos. Era a função do controlo e dos exames, cabendo a responsabilidade do eventual insucesso ao aluno, por não ter trabalhado suficientemente. Em seguida, passou-se à avaliação da escola, o que levou ao exacerbamento da concorrência entre estabelecimentos, com as famosas “League Tables” criadas por Margaret Thatcher, reforçadas, após 1998, pelos sucessivos governos Blair e que são, hoje, objecto de duras e crescentes críticas por parte de professores e directores de escolas, que denunciam os seus efeitos perversos. De certa forma, a responsabilidade pessoal do aluno dissolvía-se na da escola, que se mostrava capaz, ou não, de fazer progredir os seus alunos.

Hoje, com o salário pelo mérito, pretende-se passar a um estádio superior – o da avaliação do *valor acrescentado* que é o professor. Mas será possível isolar o contributo de um indivíduo? Como? E como gerir essa avaliação ao longo do tempo? Um professor pode ter mérito num ano e não o ter no ano seguinte? Como enquadrar o contexto geral, o clima da escola? Pode fazer-se tábua rasa do que se passou no ano ou nos anos anteriores? Nos Estados Unidos, por exemplo, onde nem todas as disciplinas são avaliadas, como tratar os professores dessas disciplinas?

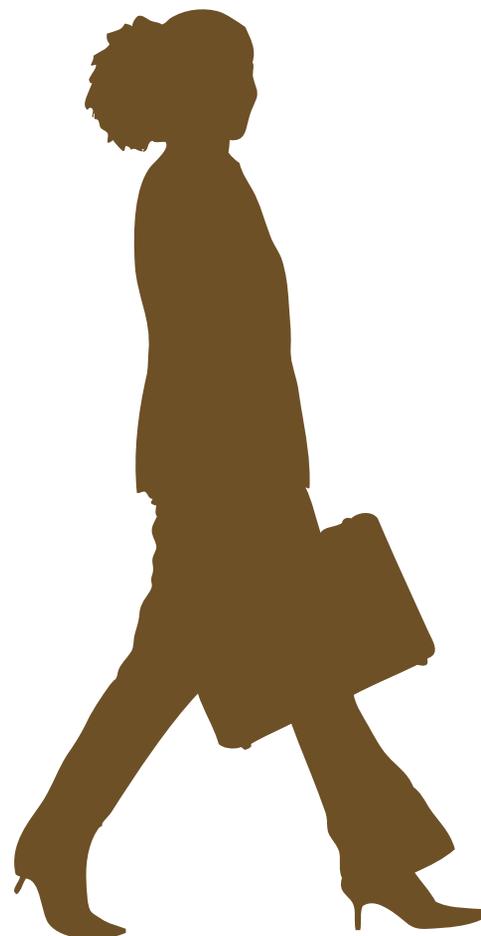
São tudo questões não resolvidas e que explicam que hoje, nos Estados Unidos, seja o colectivo, a equipa pedagógica, o estabelecimento de ensino que, na maioria dos casos, beneficia das bonificações e as reparte. Não sendo assim, o salário pelo mérito constitui um incontestável factor de divisão. ▀

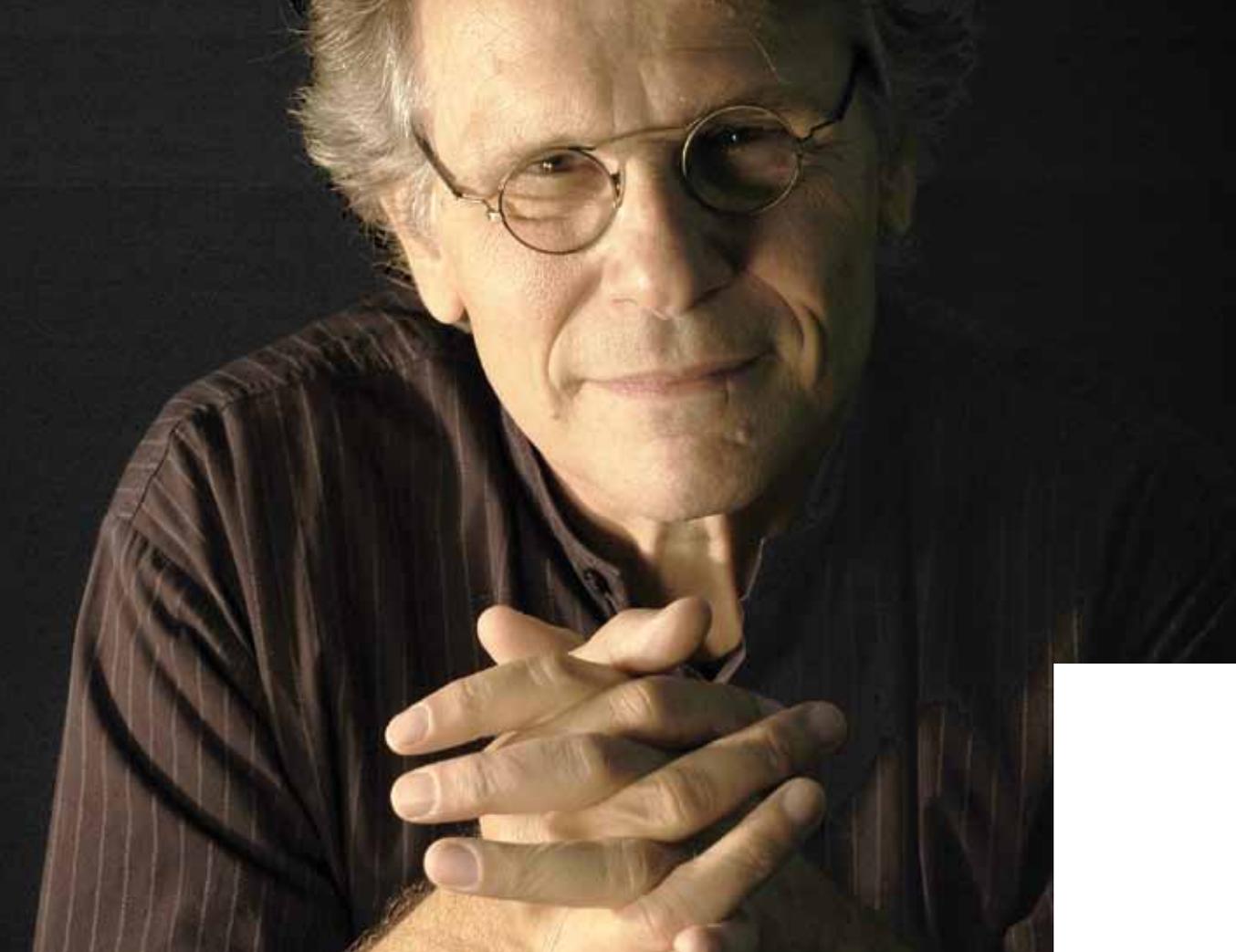
**François Jarraud, “Le Café Pédagogique”
(adaptação de Helena Miranda)**

A retribuição aos professores em função do mérito levanta duas questões pertinentes. Mais do que efectivamente reconhecer o mérito profissional, trata-se, segundo Chaptal, de uma tentativa de controlar e normalizar a actividade dos professores, dando à Administração a ilusão de, finalmente, poder penetrar “o mistério da sala de aula” – uma tentativa recorrente, mas que não tem surtido efeito. Por outro lado, a inconsistência dos modelos ensaiados, comparada com a certeza das “declarações peremptórias” que os anunciam, sugere que uma tal reforma não pode ter grande sucesso sem o consentimento dos principais interessados: os professores.

Nota: Alain Chaptal é engenheiro, doutorado em Ciências da Informação e da Comunicação e investigador da Maison des Sciences de l’Homme (Paris Norte).

“Le Café Pédagogique” (www.cafepedagogique.net) é uma publicação francesa *on line*, de informação e reflexão sobre educação e ensino. Dirigida aos docentes – mas também a pais, alunos e outros actores locais da educação –, é editada por uma rede de professores de vários sectores de ensino, investigadores e outros profissionais da educação.





“A sociedade perdeu o sentimento de paternidade”

Porquê publicar hoje um livro que é, simultaneamente, um testemunho e uma reflexão sobre o insucesso escolar?

“Mágoas da Escola” não é um livro sobre a Escola, mas sim sobre a dor de não compreender. Eu próprio fui um mau aluno, e o meu livro fala do sofrimento da criança que, desde muito cedo, sente essa dor particular de não compreender o que lhe ensinam. Ele simplesmente não assimila.

O sistema educativo está minado pelos debates sobre o insucesso escolar. No entanto, para Daniel Pennac, esta crise é também a de uma sociedade de consumo que apagou as fronteiras entre o mundo da criança e o do adulto. Esta entrevista foi originalmente publicada no diário francês «La Croix» (19.10.2007), quando o seu livro «Chagrin d’École» foi distinguido com o Prémio Renaudot.

Bernard Gorce
(tradução de Helena Miranda)

Mas este livro surge num contexto de fortes tensões a propósito de uma Escola que não consegue fazer progredir os alunos.

Em 1969, quando comecei a ensinar, ouvia já a sala dos professores decretar unânime: “o nível baixa”. Mas a verdadeira dificuldade em ensinar deve-se, hoje, a outro aspecto – ao conflito permanente entre o desejo e a necessidade. Os nossos filhos crescem numa sociedade de mercado que se dirige, de manhã à noite, aos seus desejos superficiais: consumir sempre mais, mudar de marcas, etc.

Ora, é tarefa dos professores apelar às suas necessidades fundamentais: ler, contar, pensar. É muito difícil ensinar crianças a quem um *marketing* permanente cria esta confusão entre desejo e necessidade. Esta clientelização da juventude afecta, evidentemente, muito mais as crianças em dificuldade escolar, que, consumindo, criam personalidades de substituição. Perante este problema, tudo o resto me parece secundário.

Segundo refere, o sofrimento do mau aluno é tanto mais terrível porque acarreta o sofrimento dos adultos que o rodeiam.

A nulidade da criança desespera os pais, que temem pelo seu futuro, e desencoraja os professores, que a vivem como um fracasso profissional. Todos são arrastados por esta infelicidade e é por isso que me recuso a perder tempo com a atribuição de responsabilidades a uns ou a outros. Entenda-se, claro, que excluo os casos de adultos perversos, que se deleitam com o insucesso, ou de educadores indiferentes. Para a maioria dos adultos, o fracasso instala-se independentemente de tudo o que de melhor ou pior fizemos. O sentimento de culpabilidade afunda o adulto, com a criança, numa opinião degradada de si próprio. Antes procurar soluções do que encontrar culpados.

No entanto, não é meigo em relação aos pais imaturos...

Conto, de facto, o caso do pai de um dos meus alunos que veio queixar-se da falta de maturidade do seu filho e que eu encontrei, no dia seguinte, a circular em cima do passeio, com um fato impecável, de trotinete!

Esta história parece-me sintomática de uma sociedade em que as fronteiras desaparecem muitas vezes entre pais e filhos e em que todos se reúnem no mesmo infantilismo

consumista. A facilidade com que certas crianças dominam, melhor do que os adultos, o manuseamento de *gadgets* electrónicos de “último grito” é apenas uma pseudo-maturidade. Este seu lado “seguro” faz-nos perder o sentido da sua infância.

E nós, adultos, dispensamos ao consumo uma grande parte da atenção que deveríamos dar à infância das nossas crianças. Não sou de modo algum advogado da austeridade (viva o desejo!), mas deploro a infantilização do indivíduo pelo *marketing* permanente. Homens-criança e crianças-homem, cada um brincando ao que não é e perdendo o sentido do que deveria ser o outro – eis aquilo em que nos transformamos.

Ao lê-lo, parece-nos que o sucesso de uma turma depende dos talentos pessoais do professor...

Constatarei com frequência que a qualidade de vida e de ensino nas escolas básicas e secundárias onde sou convidado se deve em grande medida à personalidade do director e que na turma essa qualidade depende da personalidade do professor. Dito isto, penso que certas práticas deveriam ser generalizadas.

O teatro, por exemplo, deveria existir em todos os estabelecimentos de ensino, ao mesmo título que o desporto. A obra ensaiada e representada suscita o espírito de grupo e torna possível a verdadeira imersão na língua francesa. Estou convencido de que se todos os alunos estivessem habituados a representar desde a mais tenra idade, a sua capacidade em exprimir-se mudaria radicalmente.

Qual é o segredo da profissão?

O amor. Mas não se trata de sentimentalizar a relação pedagógica. Aquilo a que aqui chamo amor é um *cocktail* feito de paixão pelo que se ensina, do prazer de o transmitir e de uma lucidez benevolente em relação aos jovens. Estes três ingredientes parecem-me indispensáveis para se ser um bom professor.

No entanto, em determinadas zonas, em 2007, parece que os jovens se têm tornado menos “amáveis” do que os maus alunos de ontem...

Em 12,4 milhões de alunos, que 50 mil sejam responsáveis por actos de violência nas escolas, são 0,4% da população escolar. Ora, tratando-se de Escola, hoje não se ouve falar senão dessa margem delinvente. Esta estigmatização da periferia escandaliza-me. Os seus habitantes são, muitos deles, os descendentes dos homens que mataram em Monte Cassino ou em Dien Bien Phu. São, também, os filhos daqueles que construíram a França nos anos 1970. São, por isso, também eles, nossas crianças. No entanto, os miúdos da periferia são estigmatizados, discriminados, considerados delinquentes e indesejáveis. Escandaliza-me que inteligências das mais refinadas usem este racismo inconsciente. Vejo nisto o síndrome de uma sociedade que perdeu o sentimento de paternidade. ▶

NOTA: DANIEL PENNAC nasceu em Casablanca, em 1944, e é hoje considerado um dos mais importantes nomes da literatura francesa – no ano passado, foi distinguido pelo conjunto da sua obra com o *Metropolis Bleu*, anteriormente atribuído a escritores como Margaret Atwood, Paul Auster ou Norman Mailer. Em 2007, «Chagrin d’École» obteve o prestigiado Prémio Renaudot, depois de ter estado mais de 50 semanas no top de vendas francês (mais de 800.000 exemplares) - traduzido como «Mágoas da Escola» foi recentemente editado em Portugal (Porto Editora). A sua obra está traduzida em praticamente todo o mundo. Em Portugal, «Como Um Romance» obteve um grande sucesso – mais de 100.000 exemplares vendidos.

A dor de não compreender

“Eu era, portanto, um mau aluno. Na minha infância, chegava todos os dias a casa perseguido pela escola. As minhas cadernetas reflectiam a censura dos professores. Quando não era o pior da turma, era o penúltimo. (Bravo!) Impenetrável à aritmética primeiro, à matemática em seguida, profundamente disortográfico, refractário à memorização das datas e à localização dos pontos geográficos, inapto para a aprendizagem de línguas estrangeiras, considerado preguiçoso (lições não estudadas, deveres por fazer), levava para casa notas lamentáveis que nem a música, uma qualquer actividade desportiva ou extracurricular, de resto, conseguia remediar.

Referência da literatura francesa, Daniel Pennac foi um péssimo estudante. Confessadamente. Esta aparente incongruência torna-se compreensível com a leitura de «Mágoas da Escola» (Porto Editora, Abril/2009), onde o autor se debruça sobre os problemas da educação desde uma perspectiva insólita: a do mau aluno – a quem atribui uma dignidade frequentemente ignorada, sublinhando a vergonha, a angústia, a solidão (a dor, enfim), que o acompanham. Combinando notas autobiográficas e considerações pedagógicas, esta análise de Pennac às disfunções da instituição escolar – de que aqui se publicam três excertos – resulta numa prosa envolvente, pontuada de humor e ternura, que bem se pode ler como um romance.

— Compreendes? És ao menos capaz de *compreender* o que te explico?

Eu não compreendia. Esta incapacidade de compreender remontava tão longe na minha infância que os meus familiares criaram uma lenda para datar a sua origem: a aprendizagem do alfabeto. Sempre ouvi dizer que precisei de um ano inteiro para aprender a letra ‘a’. A letra ‘a’, num ano. O deserto da minha ignorância começava antes do intransponível ‘b’.

— Não entremos em pânico, daqui a vinte e seis anos ele dominará perfeitamente o alfabeto.

Assim ironizava o meu pai para afugentar os seus próprios receios. Muitos anos mais tarde, repetindo o último ano do ensino secundário em perseguição de um *baccalauréat* que fugia obstinadamente de mim, o meu pai disse-me:

— Não te preocupes, mesmo para fazer o *bac* há automatismos que se adquirem...

Ou, em Setembro de 1968, já na posse de uma licenciatura em Letras:

— Precisaste de uma revolução para a licenciatura, devemos reear uma guerra mundial para a agregação?

Tudo isto dito sem nenhuma animosidade particular. Era a nossa forma de convivência. Eu e o meu pai optámos muito cedo pela via do sorriso. Mas voltemos ao princípio. O mais novo de quatro irmãos, eu era um caso especial. Os meus pais não tinham tido tempo de se treinar

com os mais velhos, cuja escolaridade, sem ser excepcionalmente brilhante, decorreria sem problemas.

Eu era um objecto de estupefacção, e de estupefacção constante, pois os anos iam passando sem contribuir com a mínima melhoria para o meu estado de torpor escolar. «Fico de boca aberta», «Nem posso acreditar», são expressões familiares, associadas a olhares de adultos nos quais vejo que a minha incapacidade de assimilar o que quer que seja escava um abismo de incredulidade.

Aparentemente, toda a gente compreendia mais depressa do que eu.

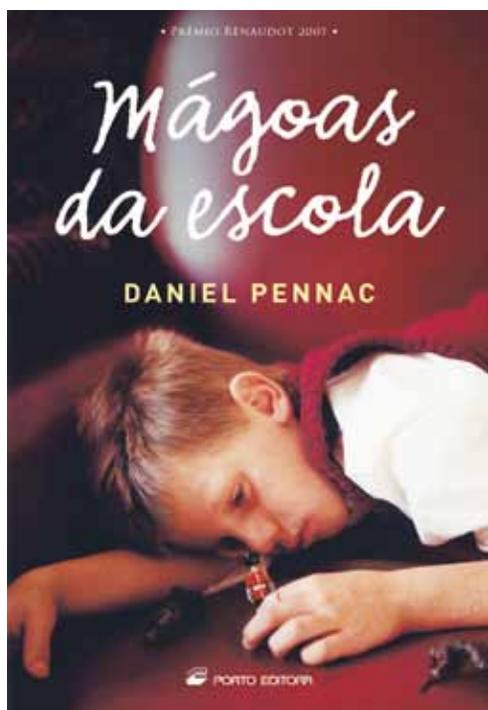
— És totalmente tapado!

Numa tarde do ano do *bac* (um dos anos do *bac*), enquanto o meu pai me dava uma aula de trigonometria na divisão que nos servia de biblioteca, o nosso cão deitou-se discretamente no divã, atrás de nós. Descoberto, foi de imediato expulso:

— Sai daí, cão, vai para a tua cadeira!

Passados cinco minutos, o cão estava de novo em cima do divã. Limitara-se a ir buscar a velha manta que protegia a cadeira na qual se enroscava e a deitar-se em cima dela. Admiração geral, evidentemente, e justificada: que um animal pudesse associar uma interdição a uma ideia abstracta de higiene e daí tirar a conclusão que se impunha para desfrutar da companhia dos donos, bravo, com certeza, era um autêntico *raciocínio*! Foi um tema de conversa familiar que atravessou os tempos. Pessoalmente, concluí que mesmo o cão lá de casa compreendia mais depressa do que eu. Creio mesmo que lhe segredai ao ouvido:

— Amanhã és tu que vais para a escola, lambe-cus.”



“Todavia, exteriormente, eu era uma criança vivaz e brincalhona, sem ser agitada. Hábil no jogo do berlinde e das pedrinhas, imbatível no jogo do mata, campeão mundial da luta de almofadas, eu gostava de brincar. Essencialmente falador e brincalhão, mesmo farsante, criava amizades com todos os colegas de turma, cábulas alguns, sem dúvida, mas também marrões – eu não tinha preconceitos. Alguns professores criticavam-me acima de tudo esta alegria. Aliava a insolência à nulidade. O mínimo que um cábula podia fazer era ser discreto: nado-morto seria o ideal.

Simplesmente, a minha vitalidade era-me vital, se assim se pode dizer. A brincadeira furtava-me à tristeza que me invadia logo que sucumbia à minha humilhação solitária. Meu Deus, a solidão do cábula humilhado por nunca conseguir *fazer o que deve!* E a vontade de fugir... Senti muito cedo a vontade de fugir.

Para onde? Deveras confuso. Fugir de mim mesmo, digamos, e contudo sem deixar de ser eu próprio. Mas um eu que os outros aceitassem. É sem dúvida a esta vontade de fugir que devo a estranha escrita que precedeu a minha escrita. Em vez de alinhar as letras do alfabeto, desenhava pequenos bonecos que fugiam para a margem da folha de papel, onde formavam um bando.

Aplicava-me, pois, de início, contornava as letras o melhor que podia, mas elas, aos poucos, metamorfoseavam-se sozinhas naqueles pequenos seres, saltitantes e alegres, que iam divertir-se algures, ideogramas da minha necessidade de viver. Ainda hoje utilizo estes bonecos nas minhas dedicatórias. São-me preciosos para aligeirar a elegante trivialidade que somos levados a escrever na página de rosto dos exemplares para a imprensa. Permaneço fiel ao bando da minha infância.”

“A todos aqueles que hoje atribuem a constituição de bandos unicamente ao fenómeno dos subúrbios, digo: sim, têm razão; sim, o desemprego; sim, a concentração dos excluídos; sim, os reagrupamentos étnicos; sim, a tirania das marcas, a família monoparental; sim, o desenvolvimento de uma economia paralela e os tráficos de toda a ordem; sim, sim, sim... Mas evitemos subestimar a única coisa sobre a qual podemos agir pessoalmente e que, essa, data da noite dos tempos pedagógicos: a solidão e a vergonha do aluno que não compreende, perdido num mundo em que todos os outros compreendem. Só nós podemos tirá-lo dessa prisão, tenhamos ou não formação para o fazer.

Os professores que me salvaram – e que fizeram de mim um professor – não tinham recebido nenhuma formação para esse fim. Não se preocuparam com as origens da minha incapacidade escolar. Não perderam tempo a procurar as causas nem tampouco a ralar comigo. Eram adultos confrontados com adolescentes em perigo. Pensaram que era urgente. Mergulharam de cabeça. Não me apanharam. Mergulharam de novo, dia após dia, mais e mais...

Acabaram por me pescar. E muitos outros como eu. Repescaram-nos, literalmente. Devemos-lhes a vida.” ▶

Baccalauréat: diploma obtido no final do Ensino Secundário e que permite o ingresso no Ensino Superior.

Músicas do mundo no Alentejo

“Tocar de Ouvido” é, cada vez mais, uma grande festa de instrumentos tradicionais. De 18 a 20 de Junho, integrado na Feira de S. João, o *Festival Internacional de Música de Évora* recebe grandes nomes das músicas do mundo, com concertos na Arena d’Évora e oficinas, colóquios, exposições e projecção de documentários em vários pontos da cidade.

O objectivo da edição de 2009 é aliar a qualidade das bandas à oferta das oficinas, de modo a dar à música tradicional uma visibilidade há muito merecida. A anteceder os concertos nocturnos, durante o dia, aprende-se a tocar e a conhecer melhor os instrumentos e as músicas, através de oficinas onde o importante é fazer.

Assim, para além de ouvir, quem se inscrever nas oficinas poderá aprender a tocar concertina com o basco Kepa Junkera; rabeca, violão ou percussões com os músicos da Barca (Brasil); gaita-de-foles com Joaquim Roque; pandeireta e canto galego com as Leília; ou experimentar novas formas de fazer música com o *miixer*.

As oficinas consistem num encontro onde os tocadores mais velhos e experientes, excelentes conhecedores dos velhos repertórios e práticas musicais, transmitem o seu saber a uma geração de novos músicos, que assim podem aprender a música que raramente têm oportunidade de conhecer de perto, porque os mestres tocadores estão longe, numa aldeia no interior do país ou do outro lado do mundo.

E porque o saber não ocupa lugar, os dias serão também pontuados com conversas informais, colóquios e projecção de documentários sobre as músicas de raiz: “Joaquim Roque - a Vida de um Gaiteiro”;

“Tradições do Futuro”, com Victor Fernandes e O Mistério das Vozes Vulgares; e “A Barca: reachamento do Brasil”, com A Barca.

Paralelamente, durante todo o festival estará patente na Biblioteca Pública de Évora a exposição “Homem, Terra, Música e Cordas”, de Lia Marchi e Zig Coch, sobre a música tradicional do Brasil e que inclui a projecção dos últimos documentários desta autora.

“Tocar de Ouvido” resulta de uma parceria entre a Associação Pédexumbo, d’Orfeu Associação Cultural e Associação Gaita-de-Foles, com o apoio da Câmara Municipal de Évora. ▶



OFICINAS

concertina/trikitixa Artur Fernandes/Kepa Junkera
gaita-de-foles Joaquim Roque e Francisco Pimenta

pandeireta e canto galego Felisa Segade

voz Juçara Marçal e Sandra Ximenez

violão brasileiro e composição Chico Saraiva

rabeca Thomas Rohrer

pandeiro e ritmos brasileiros Ari Colares

percussão corporal Marcelo Pretto

miixer Bitocas

ARENA D’ÉVORA, 22 h

18. Dazkariah (Portugal) + Sara Tavares (Cabo Verde/Portugal)

19. A Barca (Brasil) + Rabih Abou-Khalil/Ricardo Ribeiro (Líbano/Portugal)

20. Leília (Galiza) + Kepa Junkera (País Basco)

+ informações

266 732 504 | miguel@pedexumbo.com

E vão dez FIS!

“Parece que foi ontem que começamos a aventura de um festival nesta finisterra que é o Nordeste Transmontano, ousando criar o Festival Intercéltico de Sendim! E já lá vão dez anos!” – palavras de Mário Correia, *alma mater* e verdadeiro ‘faz-tudo’ no FIS: organizador, promotor, director artístico e o que mais seja necessário...

Assinalando as comemorações do 10º aniversário do Intercéltico de Sendim, o público do festival teve oportunidade de votar o regresso a Terras de Miranda de uma das tantas bandas que já por lá passaram – e a escolha, maioritária e esmagadora, segundo a organização, recaiu nos suecos Hedningarna, que actuaram em Sendim na quinta edição do evento (2004). E dado o sucesso dessa actuação, não custa admitir que protagonizem um dos momentos mais altos desta edição.

Mas a programação deste ano para o palco principal – instalado no novo Parque das Eiras – contempla ainda três nomes absolutamente consagrados, verdadeiras instituições musicais de excelência *folk*: a Brigada Victor Jara, que se apresentará com um concerto especialmente preparado para o efeito, com forte presença de temas transmontanos; os seminais e históricos Llan de Cubel (Astúrias); e Maria Salgado, uma das mais importantes vozes de Castela-Leão. Por outro lado, e prosseguindo a via da divulgação de projectos mais recentes, o 10º FIS apresentará os Lenga-Lenga (grupo local com trajectória entre a música marcadamente tradicional e a *folk*) e os bascos Korrontzi – enérgica formação que se inscreve numa linha mais expressiva enunciada pela competência de Kepa Junkera.

Em complemento ao Parque das Eiras, destaca-se um curioso programa de actividades paralelas: toques tradicionais de sinos da Terra de Miranda (Ángelo Arribas e Alfredo Fernandes), cantos religiosos tradicionais mirandeses (L’Alma - Grupo de Cantares de Sendim), toques das tunas tradicionais (Tuna da Lousa, Torre de Moncorvo), desfile de gaiteiros (de Constantim) e Feira da Música (artesãos, instrumentos, discos, livros). ▶



PARQUE DAS EIRAS, 22h30
31.07 Lenga-Lenga, Maria Salgado, Hedningarna
01.08 Korrontzi, Brigada Víctor Jara, Llan de Cubel

+ informações
sonsdatterra@sapo.pt | 273 739 148 | 919 000 651

Banda sonora para o Verão que aí vem

É de estrada que se faz esta proposta. De anos de estrada. Desde 2002 que Miranda, João Lima, Pablo, Zeto Feijão e Donatelo Brida andam por aí (por cá e lá por fora) a unir margens e a cruzar fronteiras. Físicas, mas também musicais – ouça-se, por exemplo, como o clássico “Killing Me Softly” (Roberta Flack) se descobre em terrenos de fado e valsa mu-sette; ou como uma desgarrada pode anteceder um funaná ou um “rap das rotundas”. É, assim, uma miscelânea musical aquilo que mais sobressai na primeira gravação dos OqueStrada. Nas canções ouvem-se acordeões e sopros, e até um *contra-bacia* – que o mesmo é dizer um contrabaixo estruturado a partir de uma bacia de plástico e de um pau de vassoura. E canta-se em português, de cá e de outras paragens, em *espanhuelo*, *franciú* ou *english*. E o pé puxa para o baile, de bairro ou de romaria.

Capaz de alegrar corações com uma sonoridade efusiva, de raiz popular, «Tasca Beat» não é fado (“celebra o fado”) nem “world music” (“celebra o mundo à portuguesa”). Despretensiosa, bem humorada, dançável, a música dos OqueStrada entra no ouvido e passeia-se pelo corpo. Instala-se, e sem que se dê por isso, traz um novo ânimo.

Projecto andarilho, de andarilhos, OqueStrada é, por outro lado, uma “peça de um puzzle de associação cultural, num país em transição e onde há tanto por fazer”. Como reabrir um antigo cinema [Incrível Almadense] e reinventar “um cinema paraíso com o imaginário de bailes, filarmónicas e desgarradas” ou construir uma “tasca viajante (...) onde se encontram maestros de filarmónica, fadistas pugilistas, princesas do acordeão, moços de pista e sardinhas são leiloadas ao som de uma furiosa marcha de Lisboa”.

OqueStrada: “Tasca Beat – o sonho português”, Sony Music



O regresso dos “Monólogos da Vagina”

Uma nova versão da peça de Eve Ensler (1996) está em cena no Casino de Lisboa, antes de uma previsível digressão pelo país. Em palco, Ana Brito e Cunha, Guida Maria e São José Correia partilham um conjunto de histórias a um tempo comoventes e divertidas, revelando vulnerabilidades e vitórias próprias do universo feminino. Da menstruação às terapias de grupo, do prazer à infidelidade, do assédio à violação, não esquecendo a mutilação genital, a vagina é o tema central de um espectáculo que esgota salas em todo o

mundo. Inspirados em diversas realidades, a partir de entrevistas realizadas pela autora a mais de 200 mulheres, os monólogos já foram representados em cerca de 120 países e protagonizados por actrizes como Jane Fonda, Whoopi Goldberg, Susan Sarandon ou Meryl Streep. Em Portugal, estreou em Outubro de 2000, com interpretação de Guida Maria, e após 5 meses em cena no Casino do Estoril cumpriu uma bem sucedida digressão nacional.

**Casino Lisboa, Parque das Nações:
3ª feira a sábado, 22h | domingo, 17h**



Se não mudar, vamos voltar

E pronto, o ano lectivo está lentamente a chegar ao fim...

E com ele, mais lentamente, aproxima-se também do fim uma legislatura que, há 4 anos, poucos admitiriam poder vir a ser tão negra quanto o tem sido – e continuará a ser, pelas previsíveis consequências futuras.

Traumatizada com as anteriores experiências de governação à direita – Zé Manéis, Pedros, Paulinhos e quejandos, ainda andam por aí... –, a maioria absoluta dos eleitores portugueses acreditou piamente (apesar de alertada para o perigo da fé cega) que a redenção viria com o “socialismo” de terceira (via) do engenheiro “independente”. E acreditou tão piamente que, quando a ratoeira começou a fazer estragos, alguns ainda conceberam que o raticida era o queijo...

Qual elefante distraído em loja de porcelanas, o Governo entrou em cena determinado em não deixar peça sobre peça. E iluminado pelo reluzir neoliberal, escaqueirou, desajeitada mas metodicamente, tudo quanto lhe parecia poder ofuscar o brilho intenso do reformismo acelerado. Neste contexto levemente estrambólico, a escolha de uma pouca (ou nada) evidente Maria de Lurdes Rodrigues para ministra da Educação dificilmente se imaginaria tão “acertada” como viria a provar ser – a ponto de ter recebido o cognome “A Sinistra”.

Empossada em 12 de Março de 2005, depressa mostrou ao que vinha. E se o antigo bispo do Porto, António Ferreira Gomes, se proclamava *de joelhos diante de Deus, de pé diante dos homens*, Maria de Lurdes não fez a coisa por menos, prosternando-se diante de Sócrates, de costas para os professores – que, revelando uma estranha proibidade, não agiram logo em conformidade...

Desde então até agora, com a preciosa colaboração dos dois pajens (também reluzentes) que a acolitam, antecipam, secundam ou substituem – conforme a conveniência política mediática aconselha –, desenvolveu com os professores uma relação afectiva capaz de motivar multidões.

Por ela, a quase totalidade dos professores abdicou de descanso semanal para desfilar em Lisboa e concentrar-se em vários pontos do país. Por ela, a quase totalidade dos professores abdicou de dias de salário. Por ela, um número muito significativo de professores abdicou...

Por ela e por tudo isto, quatro anos depois, permito-me repetir um “salmo” entoado na “peregrinação” do passado dia 30 de Maio, em Lisboa: *se isto não mudar, havemos de cá voltar!* ▶

António Baldaia





nesta edição

- a abrir
02. **ME perverte aferição do sistema educativo**
- editorial
03. **Ter razão hoje é ganhar o futuro**
- acção sindical
04. **A força da razão**
06. **Carta-aberta ao primeiro-ministro**
07. **O regresso do “Sr. director”**
08. **Profissionalização em exercício**
09. **Aplicação e correcção das provas de aferição:
Exigimos respeito pela lei!**
10. **Aposentáveis com 13 anos de serviço em 1989**
- do superior
11. **Justiça e equidade precisam-se!**
- opinião
12. **‘Magalhães’: um tiro no escuro**
- notícias spn
14. **SPN vai a votos**
- nacional
15. **Segurança social e desemprego preocupam CGTP**
- internacional
18. **“A solução somos nós”**
19. **Contra o trabalho infantil**
20. **O muro da vergonha**
- em foco
21. **Pagar aos professores pelo mérito?**
- vemos, ouvimos e lemos
24. **“A sociedade perdeu o sentimento da paternidade”**
- divulgação
26. **A dor de não compreender**
28. **Músicas do mundo no Alentejo**
29. **E vão 10 FIS!**
- apostas spn
30. **Banda sonora para o Verão que chega | O regresso dos “Monólogos da Vagina”**
- a fechar
31. **Se não mudar, vamos voltar**